

Ministros dizem que não se penalizou o trabalhador

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os ministros da Fazenda, Dílson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, apontaram uma profunda diferença entre o que o presidente José Sarney está fazendo hoje, ao adotar novas medidas econômicas, e o que os governos passados estavam habituados a baixar também via decreto-lei: é que, desta vez — disseram — o governo não está penalizando o trabalhador, e tem um compromisso firmado com o desenvolvimento da Nação.

Durante entrevista coletiva de uma hora de duração, os dois ministros falaram sobre os objetivos das novas medidas, dando ênfase à retomada do desenvolvimento que, segundo eles, torna-se necessário "para o pleno sucesso do Plano Cruzado". À pergunta de *O Estado e Jornal da Tarde*, sobre as semelhanças das novas medidas com as que eram baixadas pelos governos militares, à revelia de uma consulta ao Congresso Nacional e à sociedade, o ministro Funaro deteve-se: "Este é um lado importante de tudo o que estamos discutindo. Nós só estamos pedindo depósito compulsório para as pessoas que estão consumindo mais. É completamente diferente do que se fazia no passado, pois não aumentamos o Imposto de Renda".

Funaro recorreu ao exemplo das grandes cidades, em que se verificam filas gigantescas nas paradas de ônibus e trens, para justificar que o empréstimo compulsório sobre a gasolina e o álcool atinge uma faixa muito pequena da população — menos de 10%. Ao mesmo tempo, frisou, esse percentual é responsável por um consumo de combustíveis de proporções "que nos obrigaria a medidas de contenção mais graves".

João Sayad tomou a palavra para confirmar que as medidas foram elaboradas, de fato, em "gabinete trancado". Mas justificou: "Estávamos discutindo gastos com passagens e gasolina. Não poderíamos antecipá-los. Elas agora serão submetidas ao Congresso Nacional, como manda todo regime democrático". Esse sigilo, na sua opinião, é necessário em governos democráticos, nos quais a sociedade deve "depositar confiança".

Os ministros disseram que na conversa com os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Sena-



Alencar Monteiro

Funaro e Sayad dizem que passou o momento de euforia

do, José Fragelli, sentiram o apoio de que estão necessitando. Sayad descartou os reflexos negativos das medidas nas eleições de novembro próximo, porque "a sociedade vai entender a natureza de sua aplicação". "Se você acredita em democracia como eu acredito — afirmou, incisivo —, sabe que eleição e voto não atrapalham o desenvolvimento do País, e que a população é capaz de distinguir o que é certo e errado. Uma vida democrática é uma vida consistente com medidas que indicam uma melhor solução para o País. Não é uma vida demagógica."

"PÓS-GUERRA"

Mais incisivo ainda, o ministro Dílson Funaro, elevando o tom da voz, qualificou de "egoístas" as questões levantadas pelos jornalistas sobre a possibilidade de se tornarem impopulares — principalmente junto à classe média — os empréstimos sobre os combustíveis e as passagens internacionais. Ele aboliu a palavra "aumento". Disse que seria mais fácil para o governo adotar um plano demagógico, mas sob o risco de levar o Brasil ao desastre econômico. No caso atual, contudo, afirmou, "as medidas são conscientes, sérias e absolutamente necessárias". O governo do presidente José Sarney, acrescentou, está preparando o País para o futuro. "Sem fome e sem miséria".

Lembrou que às vésperas do ano 2.000 ainda se convive com o drama da fome, principalmente no Norte do País. "Acho que todos os brasileiros têm dever para com os seus irmãos, muito mais que para com a Pátria. Temos de pensar nessa juventude de hoje, nos um milhão e meio de novos empregos que queremos criar. Olhando para este lado é que foram criadas essas medidas". Para Dílson Funaro, que disse ter visto de perto a reconstrução de países destruídos por batalhas, o Brasil vive um momento de pós-guerra contra a inflação. O esforço que o governo vai exigir da sociedade será grande, afirmou.

Com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, de acordo com o ministro João Sayad, o governo vai reforçar os investimentos na infra-estrutura, energia e transportes. Metade dele, porém, vai para a área social. É desejo do presidente José Sarney transformar o Brasil num país com condições de vida semelhante às nações da Europa mediterrânea — Espanha, Itália e Portugal.

Sayad acha que não se está longe disso. Mas a meta é o ano 2.000. Ele citou o crescente índice de oferta de empregos e o favorecimento que as taxas de juros proporcionam para estimular o desenvolvimento das indústrias, internamente.